

XXII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE RONDÔNIA

**GRUPO II - ESPELHO DE RESPOSTA DA QUESTÃO 1 – PRÁTICA DE DIREITO  
PROCESSUAL CIVIL – Banca: Dr. Gustavo Bohrer Paim**

**Valor da Peça: 4,0**

O município X, buscando preencher sua necessidade de pessoal na área de assistente administrativo, médico e advogado, realizou concurso público para preenchimento das vagas, tendo, para tanto, contratado a empresa Alfa para realização do certame. A referida empresa foi contratada por dispensa de licitação, visto que o valor cobrado era de sete mil reais para realização do concurso. Com a divulgação do edital contendo o resultado final, vários participantes, que não obtiveram êxito na aprovação, dirigiram-se até o Ministério Público imputando fraude ao processo seletivo. Instaurado Inquérito Civil, foram realizadas diversas diligências, ouvidos denunciadores e denunciados, tendo o agente ministerial concluído pela existência de diversas irregularidades. Dentre as supostas ilegalidades, havia a aprovação de uma filha do prefeito municipal, de servidores comissionados vinculados à Secretaria de Administração responsável pela elaboração do certame e de agentes políticos da administração, todos eles com vinculação política com o chefe do executivo. Também foi constatado o pagamento realizado por candidatos aprovados em contas da empresa Alfa e do Secretário de Administração. A própria contratação da empresa Alfa conteria irregularidades, tendo em vista o valor muito abaixo do mercado e a ausência de fundamento para dispensa de licitação. Diante de tal conclusão do Inquérito Civil, você, na qualidade de agente ministerial, deve elaborar a peça cabível para questionar a higidez do certame e os danos causados à municipalidade. Há de se referir que o concurso já foi homologado, já houve a nomeação dos aprovados e a posse deverá ocorrer nos próximos dias.

<b>REQUISITOS DA RESPOSTA</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
Petição inicial de ação civil pública	0,8
Endereçamento	0,4
Qualificação das partes	0,4
Breve análise fática	0,4
Fundamentação jurídica analisando a lei da ação civil pública, o processo licitatório, a fraude a concurso público e a necessidade de concessão de medida liminar	0,16 cada item, totalizando 0,8 pontos
Pedidos e requerimentos de citação, concessão de liminar, confirmação de liminar, procedência da ação com condenação dos demandados e produção de provas	0,2 cada item, totalizando 0,8 pontos
Valor da causa	0,4

XXII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CARGO DE PROMOTOR DE  
JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE RONDÔNIA

**GRUPO II – ESPELHO DE RESPOSTA DA QUESTÃO 2 – DIREITO CIVIL**

**Banca: Dr. Gustavo Bohrer Paim**

**Valor da Questão: 2,0**

Faça uma análise do princípio da boa-fé no direito das obrigações, abordando, necessariamente, (a) o conceito; (b) a distinção em relação a eventual estado anímico de ausência de conhecimento acerca de determinado fato; (c) a peculiaridade de interpretação, aplicação e atualização no tempo da referida norma; (d) as principais funções; (e) os deveres anexos ou laterais; e (e) as situações típicas derivadas ou desdobramentos da boa-fé.

<b>REQUISITOS DA RESPOSTA</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
Conceito analiticamente considerado do princípio da boa-fé objetiva	0,1
Fundamentação infraconstitucional	0,2
Distinção entre o princípio da boa-fé objetiva e a boa-fé subjetiva	0,2
Análise da técnica legislativa da cláusula geral para interpretação, aplicação e atualização da norma	0,2
Principais funções da boa-fé objetiva	0,2 para cada função, limitando-se a 0,6 pontos
Exemplos de deveres laterais ou anexos	0,04 para cada exemplo, limitando-se a 0,3 pontos
Exemplos de situações típicas derivadas ou desdobramentos do princípio da boa-fé	0,1 para cada exemplo, limitando-se a 0,4 pontos

XXII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE RONDÔNIA

**GRUPO II – ESPELHO DE RESPOSTA DA QUESTÃO 3 – DIREITO CIVIL**

**Banca: Dr. Gustavo Bohrer Paim**

**Valor da Questão: 2,0**

Em função de chuva ocorrida no município de Colorado do Sul, abriu-se um buraco na calçada em frente a uma escola municipal. João, motorista de táxi, caminhava no local quando, em razão da ausência de sinalização, caiu no buraco e quebrou uma perna. Em razão dos danos sofridos, João teve que fazer uma cirurgia, ficar hospitalizado, gastar com remédios, ficar sem dirigir seu táxi por dois meses - deixando de aferir a renda mensal que garantia o sustento de sua família -, além de ficar com uma cicatriz. Com base nesse caso, analise a existência de eventual responsabilidade por parte do ente público municipal, a espécie de responsabilidade, os elementos necessários para configurar eventual dever de indenizar e os danos que poderiam estar presentes no caso.

<b>REQUISITOS DA RESPOSTA</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
Enquadramento da hipótese como responsabilidade do estado por omissão	0,4
Diferença entre responsabilidade civil objetiva e subjetiva	0,2
Elementos da responsabilidade civil subjetiva	0,2 para cada elemento, totalizando 0,8 pontos
Análise dos danos patrimoniais	0,3
Análise dos danos extrapatrimoniais	0,3

XXII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CARGO DE PROMOTOR DE  
JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE RONDÔNIA

**GRUPO II – ESPELHO DE RESPOSTA DA QUESTÃO 4 – DIREITO CIVIL**

**Banca: Dr. Gustavo Bohrer Paim**

**Valor da Questão: 2,0**

João e Maria viveram em união estável por 3 anos, sem qualquer formalização contratual da relação, tendo, no curso do relacionamento, adquirido um imóvel no valor de duzentos mil reais, em que o casal passou a residir. Fruto dessa união, nasceram 2 filhos, Hugo e José. João possuía um carro avaliado em 50 mil reais e uma propriedade rural avaliada em quinhentos mil reais, patrimônio adquirido anteriormente à sua união com Maria. João, igualmente, possuía outro filho, Luís, que era de um relacionamento anterior já findado há muitos anos. No ano de 2016, João, aos 50 anos de idade, veio a falecer. Diante de eventual animosidade entre os herdeiros, discorra sobre os direitos sucessórios de Maria em relação ao patrimônio existente, a concorrência com os demais herdeiros de João e a existência ou não de direito de Maria em continuar vivendo no imóvel em que os conviventes residiam.

<b>REQUISITOS DA RESPOSTA</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
Breve análise da união estável e o regime de bens dessa união	0,4
Análise da constitucionalidade do art. 1790 do Código Civil e decisões do STF	0,4
Aplicação das normas infraconstitucionais à sucessão na união estável, com especial atenção ao art. 1829 do Código Civil	0,4
Direitos sucessórios em relação ao patrimônio comum dos conviventes	0,2
Direitos sucessórios em relação aos bens particulares de João	0,2
Concorrência com os filhos comuns e com o filho só do autor da herança	0,2
Direito real de habitação	0,2